

A INSUFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO À POPULAÇÃO TRANS NO BRASIL COMO FORMA DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Mariana Magno da Silva¹, Thiago Barisson de Melo Oliveira²

1 Graduanda em Direito, Afya Centro Universitário São Lucas,
marianamagno11@gmail.com

2 Docente Orientador, Afya Centro Universitário São Lucas,
thiago.barisson@afya.com.br

INTRODUÇÃO: A população transexual no Brasil ocupa um espaço de extrema vulnerabilidade social, marcada pelos altos índices de violência, exclusão educacional, barreiras para inserção no mercado de trabalho e a dificuldade para acesso à saúde e a proteção da sua integridade física. O Brasil lidera, há dezesseis anos, o ranking mundial de assassinatos de pessoas transexuais, segundo o relatório anual da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o que evidencia a clara violação dos direitos humanos. Embora haja avanços normativos que visem a proteção de pessoas trans e travestis, como a decisão do Supremo Tribunal Federal que permite a alteração do registro civil sem a necessidade da cirurgia de redesignação sexual ou qualquer intervenção patologizante (ADI 4275, 2018) e a criminalização da homofobia e transfobia (ADO 26, MI 4733, 2019) a realidade ainda se mostra hostil e evidenciando que as conquistas jurídicas não foram acompanhadas de políticas públicas eficazes. A insuficiência de políticas públicas voltadas especificamente à população trans reforça a marginalização dessa população e se configura como uma violação sistemática dos direitos humanos, em divergência a documentos internacionais, como a Convenção Americana de Direitos Humanos e os Princípios de Yogyakarta. **OBJETIVO:** Este estudo tem como objetivo central analisar como a insuficiência das políticas públicas voltadas à população trans no Brasil contribui para a violação de seus direitos humanos, destacando as lacunas entre o reconhecimento normativo e a efetivação de garantias fundamentais. De forma específica,

busca-se: 1. Mapear políticas públicas existentes voltadas à população trans no Brasil; 2. Avaliar a efetividade dessas políticas frente aos indicadores sociais e de violência; 3. Identificar entraves para a implementação de medidas protetivas; **MATERIAL E METODOLOGIA:** A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. A metodologia baseia-se em: a) Revisão bibliográfica em artigos científicos, livros e teses sobre direitos humanos e a população trans; b) Análise documental de legislações, políticas públicas nacionais, relatórios de órgãos como ANTRA, Ministério dos Direitos Humanos e organismos internacionais; c) Exame jurisprudencial de decisões do Supremo Tribunal Federal relacionadas à identidade de gênero e à proteção contra a transfobia; **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados apontam que, apesar dos marcos normativos conquistados, a efetividade das políticas públicas destinadas à população trans ainda é limitada. Na educação, a implementação do uso do nome social em escolas e universidades ainda encontra resistências, resultando em evasão escolar acentuada. Na área da saúde, mesmo com a existência da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, muitas unidades de atendimento reproduzem práticas transfóbicas e dificultam o acesso a tratamentos hormonais ou cirurgias de redesignação. No campo do trabalho, a ausência de programas consistentes de inserção laboral resulta em que grande parcela da população trans permaneça marginalizada e relegada ao trabalho informal e à prostituição como forma de sobrevivência. Já na segurança pública, dados da ANTRA revelam o contínuo crescimento de assassinatos de pessoas trans, sem que o Estado desenvolva medidas eficazes de prevenção ou de proteção. A análise evidencia ainda a presença de transfobia institucional, caracterizada pela omissão do Estado em implementar políticas eficazes e pela reprodução de estigmas em instituições públicas. Essa omissão contraria obrigações internacionais assumidas pelo Brasil, como as previstas nos Princípios de Yogyakarta, que estabelecem a responsabilidade dos Estados em garantir a igualdade e a não discriminação com base na identidade de gênero. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A transfobia é um sistema enraizado e estruturado na sociedade brasileira e a insuficiência de políticas públicas que abarquem as necessidades dessa parte da população faz com que ela continue tendo seus direitos violados, perpetuando sua exclusão social, a marginalização e a violência estrutural. Apesar dos avanços jurídicos a ausência de medidas multissetoriais nas áreas de saúde, educação, trabalho e segurança pública impede a efetivação plena da cidadania trans. E para além das medidas judiciais dotadas da coercitividade, por se tratar de um problema estrutural se faz necessário que haja uma educação da população sobre os temas envolvendo a transexualidade. Torna-se urgente que o Estado brasileiro implemente políticas públicas robustas, dotadas de orçamento, mecanismos de monitoramento e capacitação de profissionais, para garantir o direito à vida, à

igualdade e à dignidade. Somente por meio de uma atuação estatal efetiva e comprometida será possível superar a transfobia institucional e promover a inclusão social da população trans, em consonância com os princípios fundamentais dos direitos humanos.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Políticas Públicas. Transexualidade. Violação.